

GUIA: OS DESAFIOS DA MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM UMA PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA INTERSECCIONAL

Autoras:

Vanda Ivandir dos Santos
Geisa Letícia Kempfer Böck
Profei/Udesc



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Índices para catálogo sistemático:

1. Mediação pedagógica : Educação infantil 372.21
Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Santos, Vanda Ivandir dos

Guia [livro eletrônico] : os desafios da mediação pedagógica na educação infantil em uma perspectiva de educação inclusiva interseccional / Vanda Ivandir dos Santos, Geisa Letícia Kempfer Böck. -- 1. ed. -São José, SC : Ed. das Autoras, 2022. PDF.

Bibliografia.

ISBN 978-65-00-59003-6

1. Educação inclusiva 2. Educação infantil 3. Mediação 4. Planejamento educacional 5. Prática pedagógica 6. Professores - Formação I. Böck, Geisa Letícia Kempfer. II. Título.

22-139488

CDD-372.21



PROPOSTA

Este trabalho foi desenvolvido com a proposta de auxiliar os docentes no momento de pensar e repensar o seu planejamento educacional. Apresentaremos aqui, reflexões acerca de uma educação inclusiva, que considera a interseccionalidade das experiências de exclusão. A proposta desenvolvida é intitulada: “Os Desafios da Mediação Pedagógica na Educação Infantil em uma Perspectiva de uma Educação Inclusiva Interseccional”, a qual foi desenvolvida e pensada, a partir da pesquisa realizada na rede municipal de ensino de São José-SC, no mestrado profissional do Profei/Udesc. Porém, esta proposta poderá auxiliar os docentes de outras redes de ensino, afinal, educação inclusiva de forma interseccional acolhe a todos.



OBJETIVO

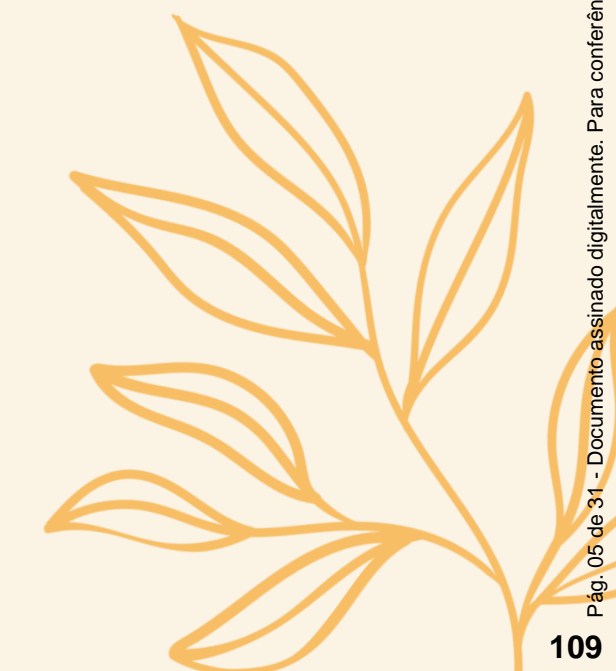
O Objetivo desse produto educacional é apresentar algumas reflexões aos profissionais da educação, em especial aos docentes e traçar algumas sugestões para aplicabilidade em planejamentos, registros e avaliação na educação infantil, sempre considerando a perspectiva inclusiva e as interseccionalidades que tornam cada sujeito da educação único e singular.



EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva só ocorre nos espaços comuns de escolarização, em que todas as crianças, independentes de suas características, comungam de um mesmo espaço para aprender.

De acordo com a pesquisadora Márcia Pletsch (2010) educação inclusiva, embora deva contemplar a educação especial, ela é muito mais ampla, sendo pautada nas diversidades de práticas pedagógicas, de recursos, com planejamentos atentos as diversas maneiras de participar, interagir, quer seja, um contexto que antecipa a remoção de barreiras, contemplando e acolhendo as distintas expressões da diversidade humana.



VAMOS COMPREENDER A DIFERENÇA ENTRE CADA TERMO?

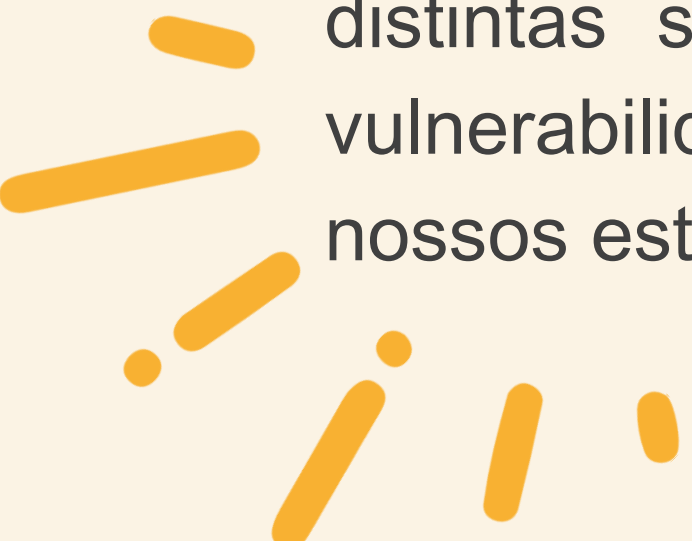
MAS AFINAL O QUE É EDUCAÇÃO INCLUSIVA?

No Brasil temos um sistema educacional inclusivo, no qual a educação é um direito inalienável para qualquer pessoa em idade escolar. É um processo que supera todas as barreiras de discriminação, dentre elas: diferenças corpóreas, sexuais, religiosas, raciais e sociais.

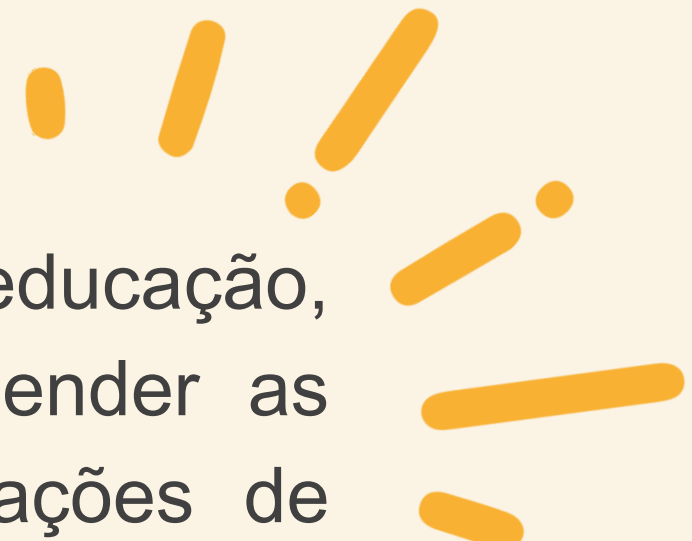
De acordo com Masini (2004, p.2), inclusão vem do verbo incluir (do latim includere), no seu sentido etimológico, significa conter em, compreender, fazer parte de, ou participar daquilo que o sistema educacional oferece, contribuindo com seu potencial para projetos e programações da instituição.




COMO ESTABELECECER UMA PRÁTICA INCLUSIVA?



Para efetivarmos uma educação inclusiva, nós, profissionais da educação, devemos estar atentos a toda diversidade humana e social, compreender as distintas situações que colocam pessoas em desvantagens, em situações de vulnerabilidade e exclusão para que nossas práticas sejam mais adequadas para nossos estudantes.





E O QUE É A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA?

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, tem o objetivo de possibilitar a inclusão dos estudantes com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento, ou Altas habilidade/Superdotação, ofertando o Atendimento Educacional Especializado, que conhecemos como AEE, nas distintas redes de ensino.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. BRASIL, 2008 p-14

Então quando pensamos na educação especial na perspectiva da educação inclusiva, estamos refletindo nas questões de mobilidade e acessos as pessoas com deficiência, porém quando falamos de mobilidade e acesso podemos pensar num todo que necessita, por algum motivo, pessoas que, por alguma fragilidade necessitam desses acessos.





EDUCAÇÃO ESPECIAL



A Educação Especial na perspectiva inclusiva deve estar contemplada nos PPPs (Projetos Políticos Pedagógicos) das instituições de ensino. A educação especial na perspectiva inclusiva se organiza nas salas de recurso multifuncional com a oferta do AEE (Atendimento Educacional Especializado), se configura em um trabalho colaborativo com o professor de sala de aula comum e que busca a consolidação de espaços escolares mais inclusivos. O público desses serviços são pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, altas habilidades e superdotação.

Os AEEs Atendimento Educacional Especializados, Conforme a política nacional da educação especial na perspectiva da Educação Inclusiva tem o papel de organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, porém reforçamos aqui a importância do planejamento colaborativo entre professor de sala de aula comum, junto com o professor do AEE, para que o estudante tenha sucesso na sua aprendizagem e ou mobilidade e ou ainda acessos.

Atendimento Educacional Especializado - AEE, tem por definição, conforme a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva/PNEEPEI (2008), como um serviço que “identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminam as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008, p. 16).







O QUE É INTERSECCIONALIDADE?




A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002:)


A interseccionalidade em sala de aula é você ter um olhar atento a todas as diferenças e observar as suas marcas indenitárias valorizando o conjunto no ser humano. Valorizar sua criança com deficiência e olhar suas identidades, raça, condição social, observar a criança com dificuldade de aprendizagem e suas condições sociais, raciais, familiares e assim acolher a todos independente de um laudo biomédico.





[...] É uma ferramenta teórica e metodológica usada para pensar a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, e as articulações decorrentes daí, que imbricadas repetidas vezes colocam as mulheres negras mais expostas e vulneráveis aos trânsitos destas estruturas. Infelizmente agora sofre os perigos do esvaziamento, pois caiu no gosto acadêmico das branquitudes. Fala-se muito de feminismo interseccional sem trabalhar o paradigma afrocêntrico, de forma desconexa da origem, fundamento e propostas epistemológicas das feministas negras. (AKOTIRENE,2019)






Akotirene nos traz a reflexão do que seria a interseccionalidade na visão feminista, na qual a mulher negra não sofre apenas uma vez pelo simples fato dela ser mulher, mas ela tem outras marcas identitárias que levam as condições de discriminação, essa pessoa além de ser mulher é negra, vive em uma periferia com suas condições sociais de vulnerabilidade, então aqui ela sofre discriminação por várias marcas que a identifica. A interseccionalidade seria olhar essa mulher visualizando todas essas correlações de lugar de pertencimento.

Patricia Hill Collins (2015) considera a interseccionalidade ao mesmo tempo um "projeto de conhecimento" e uma arma política. Ela diz respeito às "condições sociais de produção de conhecimentos" e à questão da justiça social (Id, ibid). Essa ideia é mencionada por Danièle Kergoat (2012, p. 20) quando afirma a "necessidade de pensar conjuntamente as dominações" a fim de, justamente, não contribuir para sua reprodução.

Segundo a Collins nos traz, precisamos compreender o que é a interseccionalidade para poder aplicar na prática e assim tornar os ambientes mais justos e igualitário, que é justamente o que buscamos com a educação inclusiva.





De onde surge esse conceito?



O conceito interseccionalidade, proveniente do campo das ciências sociais e humanas, foi introduzido por autoras feministas negras como uma forma de se contrapor ao que elas denominavam de “feminismo branco”, o qual foi criticado por não situar e não visibilizar o fato de que a transversalidade das questões de gênero com as de raça, sexualidade, classe social e outras formas de discriminação corroborava a produção de diferentes formas de opressão. Em outras palavras, as feministas negras queriam mostrar que a experiência de ser mulher negra e pobre era diferente da experiência de ser mulher branca e de classe média. Esse conceito tem sido intensamente incorporado nos estudos de gênero e, mais recentemente, nos estudos da deficiência. Ademais, ele tem contribuído para a ampliação do potencial analítico e político desses dois campos de estudos, bem como para a qualificação das políticas sociais.



COMO A CATEGORIA DEFICIÊNCIA SE ARTICULA COM A INTERSECCIONALIDADE?

No cenário internacional, a defesa da deficiência como uma categoria de análise já vem sendo realizada há muito tempo, principalmente pelas autoras feministas que têm produzido conhecimentos neste campo. Uma das autoras de destaque é Garland-Thomson (2002, 2015). A autora considera a deficiência como uma categoria constituinte dos corpos e identidades argumentando, com base em Michel Foucault, que a intersecção da deficiência com outras categorias como gênero, raça, etnia, sexualidade e classe exerce uma tremenda pressão social para formatar, regular e normatizar corpos considerados “desviantes”. Outros autores internacionais dos estudos da deficiência, como Campbell (2009), Taylor (2017) e Tom Shakespeare (2018), baseiam sua compreensão na perspectiva interseccional, evidenciando as múltiplas relações da deficiência com gênero, classe social, raça, etnia e geração.

Para Michelle Fine e Adrienne Asch (1988), conjuntamente com as categorias de raça/etnia, classe e orientação sexual, o feminismo deveria examinar como a deficiência interage com o gênero e as formas heterogêneas de opressão que podem emergir desse duplo enfoque. Essas autoras ainda sugerem que uma boa forma de unificar interesses entre feministas e mulheres com deficiência seria lutar pelos direitos sexuais e reprodutivos.





E A RELAÇÃO DA INTERSECCIONALIDADE COM O CAPACITISMO?



O capacitismo traz uma descridibilidade a pessoas com deficiência, ou seja, há uma crença de que essas pessoas são impossibilitadas de ter uma vida comum como: trabalhar, ter desejos sexuais, inteligência, a sociedade através do capacitismo torna as desvantagens das pessoas com deficiência cada vez maiores, a partir das barreiras que se estabelecem nos espaços sociais, privando-as de ter uma vida com justiça e direitos, comuns a todo cidadão.



O capacitismo é a discriminação contra as pessoas com deficiência em comparação aos padrões de beleza, de funcionalidade e de formas homogêneas de ser capaz. O capacitismo se expressa de distintas maneiras em homens e mulheres com deficiência, porque intensifica outras marcas identitárias 174 como raça-etnia, gênero, condição de vida e orientação sexual (SILVA, 2019).


Não podemos falar de interseccionalidades sem citar todas as formas de opressão que discriminam. A interseccionalidade possibilita pensar na inclusão de todos os sujeitos para além da categoria deficiência, considerando toda e qualquer forma de discriminação em nossa sociedade.



As pessoas com deficiência experienciam em suas vidas o ato de não serem percebidos em sua totalidade, constantemente ressalta-se apenas a característica expressa pela deficiência sem a identificação de outras características identitárias.

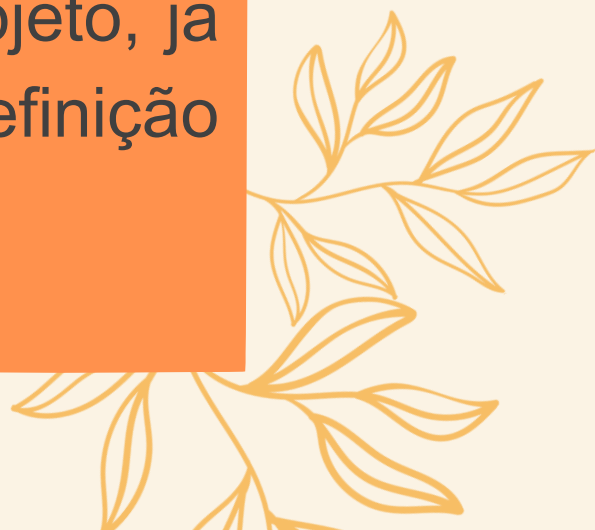
Com essa discussão queremos trazer uma reflexão apontando sobre as interseccionalidades, trazendo um olhar atento a todas as características humanas que compõem o coletivo escolar.

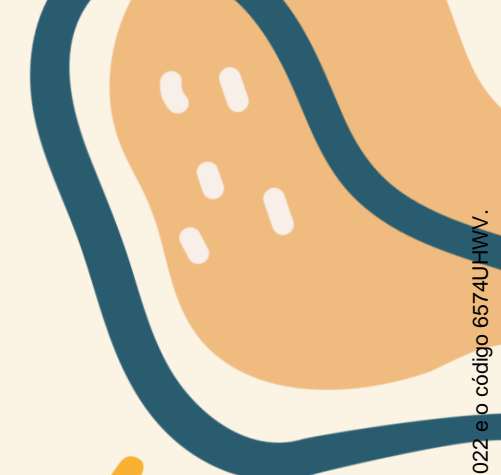





Wolbring (2008), Campbell (2009) e Taylor (2017) partem do pressuposto de que o capacitismo se articula com o sexismo e o racismo, “deficientizando” populações inteiras por estas não performarem os ideais corponormativos socialmente estabelecidos. Campbell (2009) ainda destaca que o ponto de vista capacitista situa a deficiência como inerentemente negativa, sendo que esta deveria ser “melhorada”, curada ou mesmo eliminada.



Incorporar o capacitismo aos estudos interseccionais significa reconhecer a deficiência como um componente constitutivo primordial das lutas antirracistas, decoloniais, feministas e quer – sem falar nas lutas contra opressões ainda menos nomeadas [...]. No entanto, a deficiência está longe de ser reconhecida como qualquer posicionamento que não seja abjeto, já que a experiência da deficiência é fundida e confundida com sua definição capacitista” [...] (ÁVILA, 2014, p. 134).






COMO A INTERSECCIONALIDADE TEM SE REVELADO IMPORTANTE PARA O CAMPO DA DEFICIÊNCIA?


A necessidade de se adotar a perspectiva interseccional para promover a emancipação social dos sujeitos se justifica pelo fato de que a transversalidade da deficiência com questões de gênero, sexualidade, raça, idade, classe social e outros eixos de articulação pode ampliar ora a vulnerabilidade ora a capacidade de agência das pessoas com deficiência. Não há como produzir conhecimentos e práticas relevantes para as pessoas com deficiência sem considerar os contextos interseccionais que impactam e constituem suas subjetividades. Dessa forma, considerando que, por exemplo, questões de gênero, sexualidade, raça e deficiência produzem diferentes inteligibilidades, uma perspectiva emancipatória da deficiência precisa se contrapor ao capacitismo e suas relações com outros sistemas de opressão. Situar a deficiência na perspectiva interseccional emancipa o lugar da pessoa com deficiência nas lutas anticapacitistas, o que não deixa de ser um ato político, uma vez que visibiliza as trajetórias de lutas por reconhecimento e por políticas sociais.





Devemos considerar a criança em sua totalidade, deficiência, cor da pele, sua etnia, se é uma criança com vulnerabilidade social ou não. Devemos evitar considerar apenas uma característica e focar somente nela, pois, se agirmos assim, tenderemos a um olhar fragmentado e não estaremos respeitando as suas singularidades. Freitas e Santos 2021, vem afirmar que: "Reconhecemos que os corpos dessas pessoas são inseparáveis de suas dimensões socioculturais, em cujo sentido encontramos camadas sobrepostas de complexidade em que se materializam também questões de gênero, raça, etnia e classe social". A interseccionalidade nos traz a reflexão de respeitar o sujeito na sua integralidade.

Ao trazer para a sala de aula as interseccionalidade, estamos buscando um olhar atento a todas as crianças, um planejamento que atenda a todas as diferenças, pois nossas salas de aula não são homogêneas e sim diversa. Mais como podemos buscar um planejamento que contemple a todos? Vejamos no próximo tópico como Desenho universal para a aprendizagem pode contemplar o planejamento interseccional.

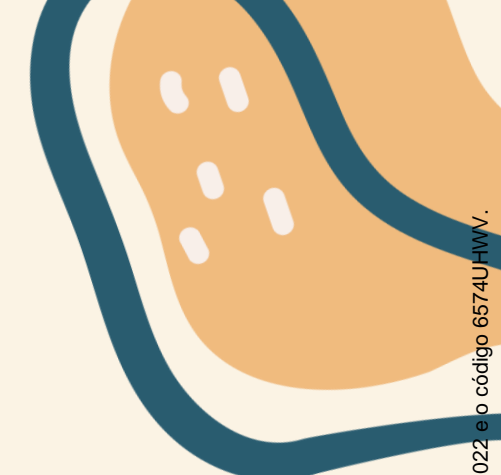





O PLANEJAMENTO A PARTIR DO DUA - DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM



Precisamos estabelecer práticas no cotidiano escolar que possam contemplar, cada vez mais, a diversidade nos modos de ser estudantes, acolher as distintas experiências de cada sujeito, os seus modos de aprender, de se envolver com o conhecimento e demonstrar o que e como aprendem.

O DUA - Desenho Universal para a Aprendizagem vem contribuir com essa questão: “os planejamentos a partir do DUA trazem melhores resultados de aprendizagem para todos os indivíduos. “(BOCK, GESSER, NUERNBERG 2018, p,149).



Com a apropriação da abordagem apresentada pelo DUA, poderemos refletir sobre as práticas pedagógicas, considerando as distintas experiências interseccionais dos estudantes e assim, preparando uma aula que antecipe a necessidade de um número mais ampliado de estudantes, com um material acessível que possa ajudar a potencializar as aprendizagens das crianças e adolescentes, não focando exclusivamente em um sujeito com deficiência, mas sim proporcionando diferentes experiências para que todos podem se beneficiar com aquele planejamento. “ O DUA pode, de fato, contribuir de diferentes maneiras na eliminação de barreiras metodológicas nos contextos educacionais.” (BOCK, GESSER, NUERNBERG 2018.p,155)

O Desenho Universal da aprendizagem busca uma abordagem inclusiva e não excludente, trazendo a reflexão das oportunidades para todos.





TEXTOS E LINKS QUE PODEM AUXILIAR NO PLANEJAMENTO NA PESQUISA SOBRE O DUA

Nessa *live*, você poderá refletir e compreender sobre o DUA e o Capacitismo. Por meio das reflexões pode repensar suas práticas e compreender como aplicar o DUA em sala de aula.

[LIVE DE ABERTURA DO MÓDULO II - TERTÚLIAS DUA – YOUTUBE](#)

Nessa *live*, você poderá, além de refletir, compreender sobre os conceitos, definições e princípios do DUA.

[DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM - DUA - Bing video](#)

Nessa próxima *live*, você poderá compreender sobre os fundamentos e práticas do DUA e suas contribuições para práticas inclusivas em sala de aula.

[FUNDAMENTOS E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA - Bing video](#)

Nesse artigo, você poderá compreender um pouco sobre o que é o Desenho Universal para a Aprendizagem e a eliminação de barreiras para uma educação inclusiva.

[O QUE É DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM? \(DIVERSA.ORG.BR\)](#)

Nessa próxima *live*, você ouvirá o lugar de fala de uma pessoa com autismo, com a abordagem da temática: “Autismo, deficiência e interseccionalidade”.

[AUTISMO, DEFICIÊNCIA E INTERSECCIONALIDADE – YOUTUBE](#)

A seguir, deixamos um vídeo sobre as interseccionalidades e o feminismo negro.

[FEMINISMO NEGRO E PIZZA: O QUE É INTERSECCIONALIDADE? – YOUTUBE](#)

A seguir, mais um vídeo sobre um ciclo de palestras do LEdl, trazendo informações sobre as interseccionalidades na relação com a categoria deficiência na educação.

[O LEdl vai à escola: Ciclo de palestras sobre deficiência na educação – YouTube](#)

Deixamos como sugestão, se preferir buscar mais informações acerca da temática abordada, você pode entrar nas redes do Laboratório de Educação Inclusiva (Ledl) da Udesc:

Site: <https://www.udesc.br/cead/ledi>

Instagram: <https://instagram.com/lediudesc?igshid=1t55u2gum8l3m>



Facebook: <https://www.facebook.com/lediudesc>

Canal no YouTube: <https://youtube.com/channel/UCZ4EvQYje7QpjzjWuRT8GyA>

MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA INTERSECCIONAL


INDICAÇÕES DOS DOCENTES PARA O SUCESSO EM MEDIAÇÕES PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS E INTERSECCIONAIS

- 1 - Políticas públicas intersetoriais que ampliem a rede de apoio para toda comunidade escolar. O estudo revelou a necessidade de profissionais como fonoaudiólogos, fisioterapeutas, neurologistas para identificação e acompanhamento das necessidades dos estudantes.
- 2 - Formações de Professores – identificou-se que as formações ocorrem por categorias específicas de temáticas e de público, sem que a interseccionalidade seja evidenciada. Os professores participantes do estudo sugerem formações nas Unidades Educativas, pautadas em estudos de caso, atentas as realidades de cada contexto e envolvendo todos os profissionais da instituição.



3 – Planejamento e Trabalho Colaborativo - “Os professores têm consciência da importância de sua atuação e reconhecem que necessitam de apoio para atender a todos” (David e Capellini. 2014. p, 207). É preciso estabelecer tempo e espaço para organização, planejamento e efetivação do trabalho colaborativo.

4 – O Desenho Universal para aprendizagem na perspectiva da Interseccionalidade – O DUA não é uma receita a ser incorporada no planejamento, entretanto, o framework composto por princípios e diretrizes, contribui para que o docente possa se antecipar na remoção de barreiras para que todos possam participar de suas aulas, com representatividade no currículo, com direito de aprender e demonstrar o que aprenderam sendo acolhidos em suas distintas características.






CONSIDERAÇÕES FINAIS



Com esse produto buscamos traçar caminhos de reflexão ao professor na hora de pensar na sua sala de aula e repensar suas práticas educativas ao revisitar seu planejamento de uma forma inclusiva, buscando a interseccionalidade que é um olhar atento a todas as diferenças e na sua totalidade, ou seja, acolher todas as crianças seja ela de vulnerabilidade social, com dificuldade de aprendizagem, com ou sem deficiência, valorizar sua etnia, raça e outras características que integralize sua totalidade como ser humano. Assim como buscamos o DUA como alternativa de repensar o planejamento, porém identificamos também a necessidade de investimento e repensar formas de políticas públicas nas áreas de educação e saúde para que o docente possa dar conta de um planejamento de forma interseccional. É um conjunto de ações que vai levar a qualidade de ensino na educação infantil de uma rede de ensino.





REFERÊNCIAS:

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ÁVILA, E. S. Capacitismo como queerfobia. *In*: FUNCK, S. B.; MINELLA, L. S.; ASSIS, G. O. (org.). **Linguagens e narrativas: desafios feministas**, v. 1. Tubarão: Ed. Copiart. 2014.

BOCK, G. L. K.; GESSER, M.; NUERNBERG, A. H. **Desenho Universal para a Aprendizagem**: a produção científica no período de 2011 a 2016. **Revista Brasileira de Educação Especial [online]**. v. 24, n. 1, p. 143-160, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382418000100011>. Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/ Secadi, 2008.

CAMPBELL, F. K. **Contours of Ableism** – The production of disability and abledness. Palgrave Macmillan, UK. 2009.

COLLINS, P. H. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. *In*: MORENO, R. (Org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: SOF, 2015, p. 13-42.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DAVID, L.; CAPELLINI, V. L. M. F. O ensino colaborativo como facilitador da inclusão da criança com deficiência na educação infantil. **Nuances: estudos sobre Educação**, v. 25, n. 2, p. 189-209, 2014.

FINE, M.; ASCH, A. (Eds.). **Women with disabilities**: Essays in psychology, culture, and politics. Temple University Press, 1988.

FREITAS, M. C.; SANTOS, L. X. Interseccionalidades e a educação especial na perspectiva da educação inclusiva. **Cadernos de Pesquisa**, v. 51, 2021.

GARLAND-THOMSON, R. Human biodiversity conservation: a consensual ethical principle. **The American Journal of Bioethics**, v. 15, n. 6, p. 13-15, 2015.

GARLAND-THOMSON, R. Integrating disability, transforming feminist theory. **NWSA Journal**, Baltimore, v. 14, n. 3, p. 1-32, 2002. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4316922>**GARLAND-THOMSON 2002**. Acesso em: 25 out. 2021.

KERGOAT, D. **Se battre, disent-elles...** Paris: La Dispute, 2012.

MASINI, E. A. F. S. Uma experiência de inclusão – providências, viabilização e resultados. **Educar**, Curitiba, n. 23, p. 29-43, 2004.

PLETSCH, M. D.; GLAT, R. Pesquisa-ação: estratégia de formação continuada de professores para favorecer a inclusão escolar. **Revista Espaço**, p. 50-60, 2010.

SHAKESPEARE, T. **Disability**: the basics. New York: Routledge, 2018.

SILVA, J. **Mulher com deficiência e o Feminismo**: necessidade da luta anticapacitista. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

TAYLOR, S. **Beasts of Burden**: Animal and Disability Liberation. New York: The New Press, 2017.

WOLBRING, G. The politics of Ableism. **Development**, Washington DC, v. 51, n. 2, p. 252-258, 2008.





Assinaturas do documento



Código para verificação: **6574UHWV**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



GEISA LETICIA KEMPFER BOCK (CPF: 939.XXX.990-XX) em 19/12/2022 às 22:20:57

Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:35:46 e válido até 30/03/2118 - 12:35:46.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/VURFU0NfMTlwMjJfMDAwNTc1NzJfNTc2NTIfMjAyMI82NTc0VUhXVg==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **UDESC 00057572/2022** e o código **6574UHWV** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.